

Artigos Originais

TRABALHO E EDUCAÇÃO: reflexões sobre o cenário contemporâneo

Original Articles

WORK AND EDUCATION: reflections on the contemporary scenario

Maria Lucia da Silva Souza*

<http://lattes.cnpq.br/3307810202095497>

marsouza011@hotmail.com

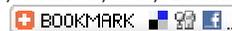
Raimunda Áurea Dias Sousa**

<http://lattes.cnpq.br/8523758772313782>

aurea.souza@upe.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



RESUMO

Este artigo reflete sobre as categorias trabalho e educação, sendo essas unidades indissociáveis. A reflexão versa sobre uma leitura nos diversos aspectos teóricos do desenvolvimento do trabalho, correlacionando com a importância de uma educação para além do capital, saindo dos seus muros alienantes, na busca incessante de uma contrainternalização, sob uma perspectiva que aponte caminhos viáveis para uma transformação social, ampla e emancipatória. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender os aspectos históricos que aprisionam o trabalho e a educação por meio de um sistema capitalista vigente no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: trabalho. educação. alienação. capitalismo. precarização.

ABSTRACT

This work reflects on the categories “work and education”, being these units indivisible. Reflection focuses on reading the various theoretical aspects of the work’s

* Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares pela UPE/Petrolina. Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE. É pesquisadora do GPVASF - Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco e do CEA - Centro de Estudos Agrários

** Doutora em Geografia pela UF na área de concentração: Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional pela Universidade Federal de Sergipe (2006). Doutorado Sanduiche na Universidade de Lisboa-Portugal (2012). Professora Adjunta da UPE/Campus Petrolina. Professora do Programa de Pós-graduação - Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI).

development, correlating it with the importance of an education beyond the capital, fleeing from its disposing walls, in a relentless pursuit of a counter-internalization, under a perspective that points to a feasible pathway towards a social, broad, and emancipating makeover. Therefore, this study aims to understand the historical aspects that trap work and education by means of a capitalist system on the contemporary scenario.

Keywords: work. education. alienation. capitalism. precariousness.

INTRODUÇÃO

A existência da sociedade só é possível a partir do trabalho. Somente ele diferencia-se de todas as demais categorias. Por meio do trabalho, pode-se produzir a riqueza indispensável à existência humana, sendo esse considerado elemento fundante do ser social. O homem por intermédio do trabalho, desenvolve mediações que lhe permite diferenciar-se dos demais seres existentes na natureza.

Segundo Marx (apud BARROCO, 2008, p. 26), "[...] o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza. O trabalho corresponde à mediação do homem com a natureza." De acordo com a referida autora, a execução do trabalho implica dois elementos fundamentais: o primeiro corresponde a um determinado conhecimento da natureza e adoção de juízo de valor quanto à utilização de objetos a serem utilizados, o que conjectura a consciência humana. Já o segundo diz respeito, à capacidade teleológica dos homens, ou seja, a capacidade de projetar os efeitos das suas ações antes mesmo de executá-las.

Corroborando com esse viés sobre a perspectiva de análise da categoria trabalho o documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012) reafirma que trabalho é o fundamento ontológico do ser social e pensar a educação como dimensão da vida social denotar compreendê-la em sua relação com o trabalho. Dessa forma, para discorrer sobre a educação, é preciso compreender a realidade dentro de uma perspectiva de totalidade. Sob esse prisma, a educação e trabalho são uma unidade indissociável e está para além da esfera de produção.

Santos Neto (2014, p.25) registrou com propriedade que:

Embora o trabalho seja o elemento fundante do ser social, ele não explica a peculiaridade do complexo educativo, porque o processo de formação do homem envolve outras questões além das relacionadas diretamente ao processo de transformação da natureza.

Nessa perspectiva, para compreender essa unidade indissociável, é necessário entender o contexto histórico que permeia as categorias educação e trabalho, buscando correlacionar com os aspectos contemporâneos que pairam sobre um discurso hegemônico de controle e alienação.

Sendo assim, como metodologia de trabalho, utilizou-se a pesquisa exploratória por meio de levantamento bibliográfico, que versa sobre a temática, como forma de compreender os aspectos relacionados às categorias trabalho e educação e os seus desdobramentos, tendo como referência o período histórico dos anos de 1990 até o cenário contemporâneo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO

Discorrer sobre a temática exige a compreensão indispensável das transformações ocorridas no mundo de trabalho e os seus rebatimentos para a classe trabalhadora, perfazendo a trajetória das inúmeras dimensões associadas ao contexto evolutivo e ao modo de ser dos homens em sua constituição dentro da sociedade. Segundo Paulo Netto e Braz (2012, p.46), o “[...] trabalho é, sempre, atividade coletiva.” O sujeito não desenvolve sua atividade isolada; está sempre em conjunto, sendo esse maior ou menor, ligado a outros sujeitos para a realização das suas atividades.

A riqueza é produzida por meio da relação social; o desprendimento da força produtiva, que gera a riqueza, é desempenhado pelo trabalhador na qual adquire um valor. Dessa forma, é pertinente considerar a diferença estabelecida entre valor de uso e valor de troca na trama imposta pelo sistema capitalista a fim de elucidar as nuances apresentadas e inseridas no fazer profissional. O primeiro corresponde à satisfação da sua necessidade, por meio das condições da própria

natureza, e o segundo é determinado pela troca das mercadorias entre si. A autora Sousa (2011, p.168) discorre sobre as mudanças ocorridas nesse sistema e aponta que:

A transformação do trabalho no capitalismo de valor de uso em valor de troca está ligada à obtenção do lucro pelo sistema. Contudo, para que o mesmo seja assegurado, ele necessita penetrar em todos os lugares para apropriar-se daquilo que gera riqueza – o trabalho.

O sistema capitalista cria as suas estratégias como forma de homogeneizar o processo produtivo, retirando as possibilidades de sobrevivência, controlando o processo de compra e venda desse trabalho. Por conseguinte, a relação imposta entre burguesia e trabalhadores é arbitrariamente inserida em todos os espaços ocupacionais, exaurindo as suas energias em benefício próprio, restando a esses trabalhadores o mísero salário proporcionado por meio da coletividade e o usufruto dessa riqueza apropriada pela classe burguesa.

É salutar que nesse terreno antagônico e contraditório, a classe dominante procura dominar o trabalhador de todas as formas; por sua vez, esse sofre dupla violência; primeiro, quando é separado da sua criação, ou seja, daquilo que ele produziu e segundo, quando esse é considerado apenas mero acessório do processo produtivo, com valor útil e prazo de validade no processo de mercantilização.

No tocante a tal contexto, o cenário posto sobre o trabalho após a crise de 1929, posterior a Segunda Guerra Mundial, verifica-se uma economia densamente abalada pelos episódios no mundo do capital, quando se adentra a fase madura e/ou tardia do capitalismo. Para as autoras Behring e Boschetti (2008, p. 86):

O capitalismo tardio ou maduro caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expanda-se após a crise de 1920-1932, e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

A partir desses fatos, ocorreram mudanças intensas no mundo da produção. “Ao Keynesianismo agregou-se o pacto fordista, da produção em massa e dos

inúmeros acordos coletivos com o setor monopolista em torno de ganho de produtividade do trabalho.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 86). De acordo com as autoras, o fordismo não foi somente uma mudança técnica, mas também uma forma de regulação das relações sociais em condições políticas determinadas.

No que concerne a essa questão, o autor Harvey (2011, p. 61) destaca que:

A relação capital-trabalho sempre teve um papel central na dinâmica do capitalismo e pode estar na origem da crise. Mas hoje em dia o principal problema reside no fato de o capital ser muito poderoso e o trabalho muito fraco, não o contrário.

O que se percebe é que as relações impostas pelo sistema capitalista dominam todo o cotidiano do trabalhador, tornando as relações de trabalho precárias. Quanto ao mercado de trabalho, o que se observa é a desregulamentação das relações trabalhistas, flexibilização, aumento no número de demissões, pagamento de salários abaixo da média, contratação de trabalhadores em regime temporário, as privatizações, as reformas da seguridade social, bem como a redução das políticas sociais entre outros são fatores que compreendem o cenário contemporâneo dos trabalhadores/as, eivados neste novo projeto hegemônico do capital (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 81).

O autor Tonet (2012, p. 55), na sua contribuição, descreve sobre a fragmentação e separação do momento teórico e prático quando afirma que:

A fragmentação do processo de trabalho e a cisão entre o momento teórico e o momento prático fazem com que os trabalhadores, responsáveis pela produção da riqueza, sejam impedidos de ter acesso a um saber que implique o conhecimento e o conseqüente domínio sobre a totalidade do processo produtivo. Dessa forma, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna um instrumento do capital sobre o trabalho.

As inúmeras inflexões ocorridas nas transformações societárias evidenciaram significativas mudanças para a classe que vive do trabalho, resultando numa piora nas condições de vida dos trabalhadores. Dessa forma, cresce o domínio do capital financeiro em relação ao capital produtivo, conforme destaca a autora Iamamoto (2014a, p. 87), “[...] aliada à retração do estado nas suas responsabilidades, sendo negados aos trabalhadores/as os seus direitos já

conquistados por meio das legislações específicas.”

O modelo econômico desencadeado no contexto brasileiro a partir dos anos 1950 e 1970, alinhado às oito grandes potências industriais, com forte expansão por meio de um processo de superexploração da força de trabalho. Ainda no período dos anos 1980, ou seja, após o período da Ditadura Militar, pode-se dizer que o país se encontrava minimamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, entretanto já sofria os influxos da divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2015, p. 35).

Mediante o acirramento imposto pelo sistema neoliberal, observam-se as constantes implicações para a classe que vive do trabalho. Neste processo denso, o trabalhador é convidado a desenvolver a sua atividade profissional em outros espaços, não constituídos, dessa forma, de vínculos empregatícios, ocasionando a chamada flexibilização das relações de trabalho e a precarização. A contração deste/a profissional por meio desta lógica, desmobiliza e enfraquece as forças sindicais deslegitimando os direitos dos/das trabalhadores/as.

2.1 Transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus rebatimentos para a classe que vive do trabalho

A chamada reestruturação produtiva tem início no contexto brasileiro, em meados dos anos de 1990, com a implantação de receituários desencadeados pela acumulação flexível e do ideário japonês. Presencia-se a desertificação neoliberal, desenhada pelo Consenso de Washington¹, com suas desregulamentações nas esferas do trabalho e da produção. O período é marcado pela mundialização e financeirização dos capitais, atingindo os três setores da economia (indústria, agricultura e serviços). Nesse período denso, verifica-se o sistema fordista acometido pelos primeiros influxos do toyotismo e da reestruturação produtiva de característica global (ANTUNES, 2015, p. 126).

¹ Consenso de Washington - o autor Antunes (2015) define esse momento como desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e da produção. Tendo como consequência divisão internacional do trabalho.

As mudanças desencadeadas nesse período ocasionaram mudanças significativas no mundo do trabalho, gerando “novo tipo de trabalho”. O trabalho vivo é substituído velozmente pelo trabalho tecnoinformacional², sendo os trabalhadores capitaneados como “colaboradores”. Os/as trabalhadores/as, nas suas aptidões, sofrem as mudanças oriundas desse movimento, sendo compelido a desenvolver competências diferenciadas, ou seja, multifuncional, diferente daquele tipo de trabalhador idealizado no taylorismo e fordista (ANTUNES, 2015, p. 128).

Nesse processo tenso sobre o trabalho, observa-se a crescente mobilização dos trabalhadores. Sendo esse movimento organizado coletivamente em torno de uma causa comum. [...] os movimentos sociais são expressões dos conteúdos básicos das relações sociais e da exploração dos representantes do capital e da propriedade sobre o trabalho e o trabalhador." (GONÇALVES, 2008, p. 66). Os autores Bertolo e Santos (2012, p.114) salientam que: "A característica principal da sociedade capitalista foi a simplificação dos antagonismos de classe, mediante a constituição de duas classes fundamentais, que são 'diretamente opostas': a burguesia e o proletariado."

Dessa forma, faz-se necessário compreender as lutas que são desencadeadas nesta sociabilidade capitalista contemporânea a partir do pressuposto delineado nas lutas de classes, tais como as mudanças que poderão ocorrer a partir da sua organização. É premente a importância da compreensão enquanto trabalhadores/as e o que o sistema impõe, sejam essas de formas veladas ou explícitas nos espaços ocupacionais. A organização da categoria em classe para si permite desvelar as nuances que permeiam os espaços de trabalho, o indivíduo desenvolve autotransformações a partir do pensar a sua prática profissional.

Para (FABRINI apud MARX, 2014, p.50), “[...] privilegia a organização do operariado, ou seja, o poder de ação da classe trabalhadora”, pois, segundo o mesmo, a categoria tem a capacidade de se organizar e se reconhecer enquanto explorada, reconhecendo o lugar que ocupa no processo de produção. Sobre essa análise, observa-se a importância da organização em torno de uma luta sobre o viés da coletividade para o enfrentamento das situações impostas pelo capital e seus

² Tecnoinformacional – o autor Antunes (2015) define como o trabalho vivo, sendo substituído pelo maquinário tecnoinformacional presente no trabalho morto.

deletérios no sistema capitalista.

Torna-se preponderante a compreensão dos termos “classe que vive do trabalho”, sendo essa a classe trabalhadora, que inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho. Sob esse prisma, adentram-se aqueles que produzem a mais-valia diretamente, ligados ao processo de valorização do capital, considerados produtivos. Nesse escopo, ainda, existem aqueles trabalhadores considerados improdutivos, onde o seu trabalho é usado como serviço. Esses/as trabalhadores/as são tidos como elemento vivo e de valorização do capital no mundo da mais-valia (ANTUNES, 2006, p. 102).

Além do perfil de trabalhadores acima destacado pelo autor, outros são inseridos de forma a englobar as demais noções tão pouco analisados, tais como:

Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exercito industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2006, p. 104).

Na concepção do autor, o subproletariado moderno ou o novo estão inseridos nesta desregulamentação e precarização imposta pelo sistema capitalista com a expansão do trabalho, sendo esta consequência do neoliberalismo. No cenário contemporâneo, é necessário compreender as nuances apresentadas como a classe que vive do trabalho de forma ampliada, sinônimo da classe trabalhadora, que sofre as mutações em detrimento dos interesses do poder hegemônico do capital.

Atrelado a essas questões, o “[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios.” (ANTUNES, 2015, p. 169). O autor remete a uma dimensão de compreensão da subjetividade do ser, ou seja, a dimensão teleológica. O trabalho é o elemento fundante de realização do ser social, sendo essa condição necessária para a sua existência. Dessa forma, não pode haver dissociabilidade entre trabalho e educação, sendo esses matrizes

indissociáveis para a compreensão da realidade posta, como forma de entender o lugar que este ocupa em sociedade.

2.2 A educação contra os efeitos alienantes ocasionados pela transformação do processo de trabalho

Discorrer sobre a categoria educação remete à reflexão trazida pela autora Camini (2009) quando em seu texto, *Concepções e Práticas da Escola Capitalista*, destaca que a escola pode servir tanto para a educação como prática da dominação quanto para a educação como prática da liberdade. Ou seja, o mesmo espaço educacional é revestido de consensos e dissensos à materialidade da sua ação, sendo notório entender que a educação na qual se refere poderá influenciar na sociedade.

Corroborando com tal análise Santos Neto (2014) define que “[...] o homem é um ser em processo de construção e aprendizagem”, ou seja, mesmo que isso não seja um ato intencional, o homem está em contínuo processo de aprendizagem, por meio da relação a qual estabelece com a natureza intercedido pelo trabalho. O autor retrata que:

A educação configura-se como um conjunto de preceitos que vão paulatinamente se afastando diretamente da relação metabólica do homem com a natureza. Embora tenha seu ponto de partida no trabalho, a educação é uma atividade que extrapola a esfera do reino da produção. (SANTOS NETO, 2014, p.25)

Nesse sentido, a educação não pode ser definida como linha de produção, etapas a serem seguidas, ou tampouco alicerçadas sobre as relações entre propriedade privada ou capital e força de trabalho. A educação tem que ser vista de forma estimuladora, envolvendo o indivíduo na sua construção contínua de conhecimento (CAMINI, 2009, p. 95).

Ainda sob esse prisma, delinea-se sobre

As bases de aceitação e manutenção desse modo de organização da vida social só é possível a partir da reprodução de mediações alienantes, nas quais as instituições formais de educação cumprem uma função decisiva, mas que de forma alguma lhe é exclusiva ou se efetiva isoladamente das demais dimensões da vida social

(CFESS,2012, p. 18).

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

De acordo com Mézáros (2008, p. 61), “[...] o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas [...]”, pois essa contrainternalização exige a antecipação de uma visão geral. Ou seja, faz-se necessário compreender a totalidade, dentro de uma compreensão macro buscando desvendar os caminhos postos pelo capitalismo em seu discurso contraditório e antagônico.

Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscrita à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

O que autor destaca é sobre a importância de uma concepção de educação ampla e intensa; (PARACELSO apud MÉSZÁROS, 2008, p. 47) dialoga que “[...] aprendizagem é a nossa própria vida.” Baseado nessa definição, o processo de aprendizagem é algo intrínseco ao ser humano e isso ocorre de várias maneiras no transcorrer da sua vida. No entanto, o que deve ser analisado é a forma na qual aprendemos e como se perpetua no processo de aprendizagem. Ou seja, o que o autor salienta é se essa aprendizagem incide no pleno desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, de maneira a alcançar a emancipação humana. A concepção repassada sobre educação, ainda, apresenta a visão tendenciosamente

elitista e estreita. O domínio preponderante da instituição educacional formal como único espaço de educação define a educação como atividade intelectual e possibilidade daqueles, que são apenas designados, para “educar” e para governar, em detrimento da maioria, à qual é reservado o papel de objeto de manipulação.

Portanto, a educação pode ser uma atividade que reflete a ideologia dominante da democracia liberal-burguesa, robustecendo as desigualdades sociais, ou pode contribuir para desvelar as contradições das estruturas sociais, políticas e econômicas, sob uma perspectiva classista de luta para emancipação humana na lógica da contradição (GONÇALVES, 2008, p. 65).

O autor Sader (2008) desenvolveu algumas reflexões pertinentes sobre o papel da educação, discorre sobre o “novo analfabetismo”, o indivíduo é capaz de explicar, porém não entende. O acúmulo de conhecimentos repassados não permite realizar uma leitura de compreensão do mundo, que desnude as possibilidades. Todos esses fatores estão alicerçados a um discurso midiático alinhado aos fatores econômicos. Faz-se necessário desvendar o que está posto, ou seja, decifrar, desalienar-se, ir para além do capital. Isso só será possível a partir de uma educação que tenha como princípio inicial o acesso a qualquer indivíduo de forma pública e de qualidade. Os fatores econômicos determinam as questões educacionais e de que forma essas devem acontecer, minimizam as tensões desencadeadas pela luta de classes, como forma de controle e alienação, pautados pelo viés da soberania e igualdade apresentada pelos resultados de indicadores, que mascaram a verdadeira realidade.

A necessidade precípua de universalizar o trabalho e a educação é um discurso antigo na história da humanidade; no entanto, na prática, essa ação é frustrante por não existir uma igualdade substancial entre todos os seres humanos, mediante as jornadas excessivas de trabalho, degradante e humilhante, legislações e sindicatos enfraquecidos, associado a um eterno controle do Estado, em sua função executiva. Dessa forma, o desafio posto é universalizar o trabalho e a educação, entrar na agenda histórica como algo que deve ser dialogado constantemente nos diferentes espaços ocupacionais e/ou de formação (MÉSZAROS, 2008, p. 69).

Dessa forma, Santo Neto (2014) destaca os aspectos de uma educação. Para

que esta seja realmente universal, requisita e completa é necessária uma reestruturação do edifício construído, ou seja, necessita de organização da vida sobre o completo controle do trabalho livre e associado. Para que isso ocorra, é imperiosa a mudança nos espaços de formação, tendo como primazia a compreensão destes trabalhadores/as que contextualizam o aprendizado no cotidiano, sendo essa a base sólida do edifício. Discutir sobre universalidade e reestruturação torna-se imprescindível para alinhar a categoria trabalho e educação, instituindo a teoria e a prática, numa indissociabilidade absoluta, com claras evidências do caráter social do trabalho, dentro de uma perspectiva de formação que prima pela integralidade do indivíduo na sua plena realização, pois aprendizagem é para toda a vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar questões pertinentes a trabalho no cenário contemporâneo deverá estar associado às questões educacionais em seus diferentes aspectos, pois é por meio da educação que se consegue avançar dentro de um processo de formação contínua, pois a transformação das relações sociais está assentada, segundo Fabrini e Roos (2014), na “construção da consciência de classe”.

O impacto da lógica incorrigível do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no domínio educacional mudaram desde os primeiros dias sangrentos da “acumulação primitiva” até ao presente, em sintonia com as circunstâncias históricas [...]. (MÉSZÁROS, 2007, p. 112).

A dívida social é gigantesca e ainda estão pautados sob o véis da correlação de forças, apresentadas por um sistema opressor e neoliberal.

Conforme sinaliza o autor Mézáros (2008, p. 55) a “aprendizagem é para nossa própria vida”; no entanto, para que haja concretude, é premente reivindicarmos uma educação plena para toda a vida. Isso só será possível a partir do momento que desafiamos o modelo de internacionalização posto pelo sistema vigente, a fim de instituímos uma reforma radical. O autor conclama urgentemente a uma “contrainternalização”, com objetivos definidos, e sustentáveis para confrontar

os ideais hegemônicos e imperialistas por meio dos espaços formais. O espaço formal deverá propiciar uma educação que vá para além do capital e, para que isso ocorra é necessário que os seus educadores/as compreendam verdadeiramente o seu papel e a sua importância para uma educação emancipadora, sendo esse tema fulcral para reflexões posteriores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).
- BERTOLDO, Edna; SANTOS, Mônica. Trabalho docente e luta de classes. In: _____; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- CAMINI, Isabela. **Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, set. 2013.
- _____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2012.
- FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djone. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Org.). **Educação e lutas de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paul: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014b.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A educação para além do capital. **Revista Theomai: Estudos sobre Sociedad y Desarrollo**, Buenos Aires, v. 15, n. 1, p.107-130, j./jun. 2007. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros_15.pdf>. Acesso em: 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 5).

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia oolítica: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.1)

SADER, Emi. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Universidade, ciência e violência de classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. Trabalho e trabalhadores no campo: desvendando a realidade no vale do São Francisco. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (Org.). **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2011.

TONET, Ivo. Educação e revolução. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.